

Biodiversidades étnicas e ancestralidades: ontologias indígenas e ética para futuros sustentáveis

Regina Suama Ngola Marques^{1*} 

¹ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, Brasil

*Autor de correspondência: regina@ufrb.edu.br

RESUMO

Neste ensaio observamos que a biodiversidade é a multiplicidade de recursos existentes no contexto da vida da natureza do planeta Terra. Ela implica também a presença do elemento humano e sua condição étnica que é também, no mundo globalizado, étnico racial. A vida humana a partir das ancestralidades étnicas nos indicam que o caminho para um futuro sustentável sempre foi protagonizado por populações indígenas, povos das florestas, tradicionais e quilombolas. Estas civilizações humanas, indígenas, ribeirinhos, população do campo e da floresta, negros e quilombolas fornecem tecnologias milenares capazes de salvaguardar o planeta e possibilitar a permanência da vida e da espécie humana na Terra. Apesar disso, o argumento tecnológico e sustentável dos gestores públicos e empresariado capitalista é reducionista. Em sua demanda, a agenda 2030 para implementação dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) estão atrelados ao desenvolvimento econômico e social. Em nossa compreensão, isto visa encapsular a todos na lógica do consumo e das trocas econômicas. Valores éticos opostos a existência do indígena, à ancestralidade negra e das populações do campo e da floresta em sua ontologia e ética humana inalienável e insumissa.

ABSTRACT

In this essay we look at biodiversity as the multiplicity of resources that exist in the context of life on planet Earth. It also implies the presence of the human element and its ethnic condition which is also, in the globalized world, ethnic-racial. Human life based on ethnic ancestry shows us that the path to a sustainable future has always been led by indigenous peoples, forest peoples, traditional peoples and quilombolas. These human civilizations, indigenous people, river dwellers, people from the countryside and the forest, black people and quilombolas provide millennia-old technologies capable of safeguarding the planet and making it possible for life and the human species to remain on Earth. Despite this, the technological and sustainable argument of public managers and capitalist businessmen is reductionist. In their demand, the 2030 Agenda for the implementation of the 17 Sustainable Development Goals (SDGs) is linked to economic and social development. In our understanding, this aims to encapsulate everyone in the logic of consumption and economic exchange. Ethical values that are opposed to the existence of indigenous people, black ancestors and rural and forest populations in their inalienable and unsubmitive human ontology and ethics.

RESUMEN

En este ensayo, consideramos la biodiversidad como la multiplicidad de recursos que existen en el contexto de la vida de la naturaleza en el planeta Tierra. También implica la presencia del elemento humano y su condición étnica que es también, en el mundo globalizado, étnico-racial. La vida humana basada en la ascendencia étnica nos muestra que el camino hacia un futuro sostenible siempre ha sido liderado por las poblaciones indígenas, forestales, tradicionales y quilombolas. Estas civilizaciones humanas, indígenas, ribereñas, campesinas y forestales, negras y quilombolas aportan tecnologías milenarias capaces de salvaguardar el planeta y hacer posible la permanencia de la vida y de la especie humana en la Tierra. A pesar de eso, el argumento tecnológico y sustentable de los gestores públicos y de los empresarios capitalistas es reduccionista. En su demanda, la Agenda 2030 para la implementación de los 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) está vinculada al desarrollo económico y social. A nuestro entender, esto pretende encapsular a todos en la lógica del consumo y del intercambio económico. Valores éticos que se oponen a la existencia de los pueblos indígenas, ancestros negros y poblaciones rurales y forestales en su ontología y ética humana inalienable e insumisa.

PALAVRAS-CHAVE:

Biodiversidade Étnica
Capitalismo
Indígenas
População Negra
Quilombolas

KEYWORDS:

Black Population
Capitalism
Ethnic Biodiversity
Indigenous
Quilombolas

PALABRAS-CLAVE:

Biodiversidad Étnica
Capitalismo
Indígenas
Población Negra
Quilombolas

Introdução

A Organização das Nações Unidas quando estabelece o diálogo mundial sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável preconiza metas para o milênio organizando a agenda global 2030.

São 17 os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que emblematizam as necessidades para o mundo e as cidades do planeta. Estes objetivos convergem para a erradicação da pobreza como a necessidade de acabar com a fome em todos os lugares do planeta, fome zero e agricultura sustentável com necessidade de favorecer a segurança alimentar e evitar desnutrição. Favorecer a abordagem da saúde e bem-estar para uma vida saudável para todos com educação de qualidade, inclusão e equidade; igualdade de gênero com eliminação de discriminações para mulheres e meninas (IPEA/ODS,2020).

Os objetivos circundam a dimensão do uso da água, como fonte responsável, sendo necessário garantir a água potável com redução de poluição, minimizando o uso de produtos químicos, bem como a produção de energia acessível e limpa como fontes sustentáveis e modernas a preços acessíveis.

No campo do trabalho e indústria, os objetivos do desenvolvimento sustentável consideram a importância do trabalho decente e crescimento econômico, priorizando a inclusão, produtividade e dignidade no trabalho com o desenvolvimento da indústria através de tecnologias de inovação em infraestruturas resilientes, com redução das desigualdades, favorecendo a igualdade nos territórios globais e locais, com o empoderamento com inclusão social, econômica e político, cidades e comunidades sustentáveis, com segurança. O consumo praticado com responsabilidade estão como metas para ações contra a mudança global do clima, favorecendo a vida na água, a vida terrestre, paz, justiça e instituições eficazes com parcerias e meios de implementação destas convergências (IPEA/ODS 2020).

Em síntese, a agenda 2030 dos 17 ODS da Organização das Nações Unidas, nos diz que são necessárias as mudanças na ordem política e tecnológica, na saúde e educação de modo a promover o desenvolvimento sustentável do planeta como compromisso dos países membros das Nações Unidas.

Apresentamos de modo resumido as intenções da Agenda 2030 da ONU, visto que nossa intenção é aprofundar as possibilidades epistêmicas e tecnológicas negras, indígenas e afro-diaspóricas que pouco são consideradas no contexto ocidental de proteção e cuidados com a vida humana e a vida no planeta Terra (IPEA/ODS,2020).

Sendo assim, com estas breves e introdutórias considerações sobre o que nos refere a agenda 2030 a partir dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável, estes objetivos não serão neste ensaio discutidos diretamente. Eles são disponíveis em termos políticos e socioeconômicos nos modos de produção capitalista em suas diferentes formas de expressão no mundo ocidental em diferentes sociedades. Os 17 ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - pautam uma agenda para 2030, um plano estratégico de governança política para o mundo.

Escolhemos utilizar esta determinação em bloco, no caso apenas os 17 ODS, a partir de um enquadre que nos serve para observar as formas políticas hegemônicas no contexto dos anseios das transformações para vida no planeta. Estas aspirações foram organizadas pelos representantes do mundo global e estão majoritariamente representadas pela cúpula de países participantes das tomadas de decisão no contexto do mundo ocidental que fazem parte da Organização Mundial das Nações Unidas.

Nossa intenção perpassa as dimensões das ontologias e éticas dos povos indígenas, negros, quilombolas e afro-diaspóricos. Neste ensaio aprimoramos as reflexões sobre as possibilidades de participação mundial e sócio comunitária a partir de paradigmas específicos de suas formas de ser e existir no mundo.

Ao considerarmos as populações indígenas, suas ontologias e ética de existência, bem como as populações negras, oriundas de África, presentes no território brasileiro, observamos a biodiversidade étnica que as populações negras – afro-brasileira – e indígenas apresentam e o conhecimento tecnológico e científico que possuem há milênios para salvaguardar as condições de vida digna a partir de uma ética ontológica inerente a sua condição de ser, estar e fazer no planeta.

Pautas sobre civilizações e territórios que os 17 ODS não revelam

No Brasil, a presença do indígena em Abya Yala¹ representa a capacidade da incursão tecnológica no modo de viver e existir que observa a intimidade com a natureza e o elemento humano (OLIVEIRA, 2022).

A civilização indígena protagoniza a relação com a floresta, com os fluxos das águas, com a crosta do solo, de modo a considerar-se como elemento pertencente. O ser humano, as pessoas, são apenas um dos muitos elementos pertencentes a natureza e a vida no planeta. Para o indígena, a condição humana, a espécie, não é o primordial da vida no planeta. O Planeta continuará a existir independente da espécie humana. A espécie humana não é a prioridade no sistema de sustentabilidade tecnológica da Terra, do planeta.

A espécie humana é apenas um dos elementos da vida no planeta. E sua degradação e vulnerabilidade está a partir da relação intrínseca que o humano – no caso o indígena – observa e realiza a condição de seu perpétuo resgate ontológico nas formas de sua existência no fluxo da relação com Abya Yala.

Este “resgate” é representa uma forma ontológica de ser no mundo. No sentido de que a vida impõe um eterno reencontro com as origens do sistema e do passado ancestral que funda a existência do humano no Planeta. A vida indígena e o diaspórico negro, ancestralmente africano, está para considerar a perenidade da sabedoria e eixos filosóficos, éticos existenciais – ontogenéticos – que preconizam a civilização indígena e negra em Abya Yala.

O encontro do negro com o indígena fortalece no plano das identidades humanas a possibilidade do resgate da ética da vida. Das civilizações sábias que possuem tecnologias milenares para o convívio harmonioso com as exigências do planeta. Com as necessidades ecológicas, biológicas inerentes ao sistema de vida da Terra (SOUZA & OLIVEIRA, 2022).

A finitude do humano, sua condição limitada, restrita, serve à sua sabedoria. Ontologicamente, o existir em Abya Yala e em África produz um eixo diaspórico de acompanhamento dos alicerces que possibilitam a existência física, psíquica,

¹ No livro Organizado por Joaze Bernardino-Costa, Nelson Madonado-Torres e Ramón Grosfoguel, *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*, 2018, a palavra Abya Yala precisa ser editada e oralizada como o nome originário do território americano do Sul. O qual foi designado pela etnia indígena colombiana Kuna em sua língua. Abya Yala significa Terra Via, sinônimo de Terra Madura ou ainda Terra que floresce.

simbólica e espiritual do ser humano. No caso, daqueles que o Ocidente designou indígena e negro africano.

O indígena – assim chamado pelo europeu branco - e o africano – diáspora negra – são povos e civilizações que se fundiram no espaço territorial de Abya Yala – chamada Américas – e acabaram por organizar um sistema de trocas importantes para a perenidade do planeta e das espécies existentes no planeta; incluindo a estas, a espécie humana da qual indígenas e africanos – denominados pelo Ocidente como negros, também fazem parte desta realidade factível.

O encontro civilizacional e o cruzamento entre estas cosmovisões de mundo, embora apresentem aspectos específicos e peculiares em suas designações ontológicas, são em certo sentido muito próximas em termos de ética de vida e integração com a ecologia do planeta e o tempo do planeta. Sua natureza imperativa, seu sistema determinante de ciclos de chuvas, sol, rotação, translação, percurso dos rios, forma das marés, cronologias de noites, dias e todas as formas conhecidas e desconhecidas que a supremacia do Planeta Terra emana.

A Terra é plena. Ela designa seu tempo, seus termos. E os humanos do clássico Ocidente parecem querer a todo tempo dominá-la a partir de sua lógica de submissão, opressão e violência.

O indígena e o diaspórico negro – africano – em Abya Yala – não se coaduna com esta ontologia. Eles se organizam como meros participantes do sistema. Imprimindo o tempo da vida. O tempo dos ventos. A ordem dos dias é imposta pelo planeta, pois não circunscrevem os planos dos humanos. O tempo segue os planos da determinação ecológica da existência.

É a Terra quem determina. Ela provê. Ela dá. Ela retira. E o indígena e o africano – negro diaspórico em Abya Yala – aprendeu ancestralmente a travessia nos séculos de habitação no planeta.

Nesta circunstância diacrônica com o desígnio ontológico do Ocidente, o indígena e o negro – africano ou diaspórico – cumprem seu percurso, rota, escapes, procurando atrelar-se ao que ancestralmente lhes foi incumbido: estar alinhado as forças da Natureza. Cumprir o desígnio de suas existências a partir da cosmologia ontológica de proximidade à dimensão da natureza do Planeta.

Esta população negra, indígena e afro-diaspórica traça rotas de fuga da violência do Ocidente. Rotas que persistem – negros e indígenas – na esperança

de sobreviver às necessidades do Planeta. Nestas fugas, e no contato com a ontologia e ética de vida de indígenas, povos das florestas, povos tradicionais e povos da diáspora negra africana, o Ocidente – europeu e Norte-americano wasp – historicamente não reconhece epistemes indígenas e negras diaspóricas que possibilitam a coabitação íntegra e integrada com o sistema da Terra.

Povos indígenas, africanos e afro-diaspóricos – sabem que o Planeta se organiza a despeito de nossos feitos enquanto sociedade prevalentemente ocidentalizada. O planeta reage e elimina o indesejável. Não se vulnerabiliza. Transforma.

E nesta transformação, haverá lugar para a espécie humana?

Esta é a lacuna que o modo de vida Ocidental observa receoso.

Os povos indígenas, povos tradicionais, povos das florestas, quilombolas, povos de terreiros e toda diáspora negra africana no mundo em termos ontológicos e éticos, ao contrário dos ocidentais, sabem e foram ensinados à lógica da biodiversidade étnica do planeta e de suas culturas. Estes ensinamentos são inscritos em sua condição ética de existência e ela se organiza a partir de suas ancestralidades (Hampaté Bá, 2000).

No entanto, os ocidentais se confundem com a lógica ancestral do negro (HAMPATÉ BÁ, 2000) e também do indígena. Não compreende. Não consegue fazer o cálculo. Afinal, as Pirâmides dos africanos no Egito ainda hoje não são parte da lógica científica do mundo ocidental tal como está edificado epistemologicamente (VIEIRA, 2019).

Nesta incompreensão os ocidentais convivem com o medo. O ocidente vê a presentificação deste medo nas formas dos desastres que a Natureza organiza a despeito da capacidade de previsibilidade tecnológica dominadora dos modos de pensar da modernidade e pós-modernidade.

Na territorialidade das cidades europeias e americanas do Norte, e nos territórios do mundo, a presença dos territórios indígenas é rara. Ela foi dizimada e violentamente exterminada, como a exemplificar que o modo de vida que exerciam a partir de sua ontologia étnica e ética eminentemente vinculada à intimidade com o ambiente e à ecologia da floresta, das montanhas, dos campos, das águas. A relação de etnicidade indígena e negra africana com o território para os povos brancos colonizadores foi considerada selvagem e irrelevante,

atrasada, rudimentar.

A relação dos povos indígenas e negro africanos com a ecologia ambiental para o Ocidente, não há compreensão sobre isto ainda hoje. Ao contrário; a ontologia indígena e ética de vida é percebida como, precariedade, selvageria, inferioridade tecnológica e modo de vida atrasado e rudimentar.

Esta forma de pensar sobre a corporeidade e materialidade da vida do indígena e do negro africano – diásporas e povos tradicionais no mundo, são modos que reiteram a violência epistêmica contra estes povos. Os quais são constantemente violados. Exterminados. Cometidos epistemicídios escancarados.

Desenvolvimento Sustentável e Américas

Como as etnicidades originárias do contexto das Américas desapareceram? Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU se perguntam sobre isto? Não estamos preocupados em observar detidamente as dimensões que os países membros da ONU preconizam para a sustentabilidade do planeta e da vida humana neste conjunto. Mas cabe considerar de modo biodiverso como estas implicações se organizam no mundo da vida *outsider* do Ocidente

No Norte de do que hoje chamamos América, sabemos que os apaches foram populações imensas que sofreram ataques, violências e foram, exterminadas.

Militares do exército americano, políticos, senadores, governistas dos Estados Unidos no estado da Califórnia investiram mais de dois milhões de dólares americanos em campanhas contra indígenas e diversas etnias habitantes naquela territorialidade. O massacre e genocídio indígena ocorreu por responsabilidade direta dos funcionários do governo norte-americano, podendo ser considerado sem sombra de dúvidas um extremo genocídio (MADLEY, 2016).

Ocorreu a limpeza étnica a partir de políticas formais de genocídio. Os indígenas *apaches*, *cherokees* e outros foram obrigados a assinar tratados e empurrados violentamente a percorrer quilômetros de distâncias para habitar reservas indígenas em territórios onde a terra era improdutiva e com poucas ou nenhuma riqueza mineral – pedras preciosas, rios, lagoas, qualidade do solo – sob o jugo do colonialismo ianque (branco europeu) que representava autoridades

estaduais e federais que organizam políticas específicas para matar os indígenas na Califórnia. Crianças, mulheres, idosos morreram no percurso e foram dizimados entre os anos de 1846 a 1873, com o total apoio do Estado e da sociedade norte-americana (MADLEY, 2016).

No mundo global a dimensão do escravismo negro africano é visível e frontalmente observada e constatada com certa visibilidade, apesar da apatia que o racismo inscreve ainda no contexto do século XXI.

O movimento *Black Lives Matter* nos Estados Unidos ganhou o mundo na pandemia da Covid 19. Porém, este é um clamor e movimentação em marcha dos afro americanos que denunciam a violência da supremacia branca na etnicidade de todos os tempos.

As similaridades entre o genocídio indígena e as violências contra o negro africano – afro-americano e afro-brasileiro – povos da diáspora são grandes. E as epistemologias que estes povos convergem para a biodiversidade étnica são fundamentais para o desenvolvimento da vida humana no planeta Terra. Sustentabilidade é a palavra da vez na agenda 2030 do Ocidente. Para africanos e indígenas este sempre foi o enredo, desde sempre. Seriam estes povos os atrasados na organização tecnológica que cotidianamente preconizam?

O percurso de aproximação epistemológica entre povos da diáspora e africanos dos povos das florestas, povos originários de Abya Yala são muitos na transitoriedade histórica, mas também no percurso da ontologia de suas formas de existência e ética de valores civilizacionais.

A respeitabilidade com o ecossistema, o conhecimento de tecnologias que favorecem a caça, a pesca, a construção de habitações favoráveis à ambiência da vida na floresta, o uso da água, as formas de produzir o alimento, dizem muito dos modos ontológicos como a ética humana civilizacional dos indígenas e povos negros se organizam.

No Brasil, precisamos observar que esta característica vai além da dimensão meramente substitutiva da mão de obra indígena que se tentou escravizar – a Coroa portuguesa – na utilização e importação de corpos e mão de obra escravizada africana.

Por razões calculadas, os portugueses ficaram ambiciosos dos modos como os africanos da região do Nudongo, do Reino de Nzila, em Angola, eram capazes

de cultivar a terra, estabelecer regimes de irrigação, favorecer período de colheitas plenamente organizados em períodos de aproveitamento do solo entre pomar de frutas, plantio de hortaliças, raízes e leguminosas, bem como promover o sistema de saneamento e abastecimento de água a partir do manejo dos cursos e afluentes dos rios (SERBIN & OLIVEIRA, 2017; SERBIN 2019).

Mas o que mais chamou a atenção dos portugueses que eram tratados como estrangeiros em visita ao Chefe de Estado do Nudongo, foram os conhecimentos tecnológicos das formas de extração de minérios que os africanos dominavam na região de Luanda (SERBIN, 2019).

Os cursos dos rios com embarcações carregadas de ouro e diamante encheram os olhos dos portugueses, ambiciosos por dominar as riquezas alheias. Os europeus, invejosos destes bens e querendo-os para si, arquitetaram um plano para confiscá-la. Com uma ação calculada resolveram duas necessidades. Bastava retirar a mão de obra jovem que produzia e cuidava das riquezas de África, do Reino Nudongo, e transferir estas formas ontológicas de tecnologia - o saber do negro africano - para o território da colônia - no caso o Brasil - que necessitava ser habitado para manutenção do território do capitalista português. Esta concepção de roubo e latrocínio foi a maneira barba e selvagem que os portugueses - antes recebidos como nação amiga de Angola pelo Rei de Luanda, investiram para fazer valer suas intenções e desejos (SERBIN, 2019).

A tecnologia, etnicidade biodiversa, dos povos negros e indígenas foram cruciais para o desenvolvimento do Brasil como Estado Nação a partir do apogeu do capitalismo nos séculos XVII e XIX a partir do apogeu da coroa portuguesa. Estas tecnologias não são gratuitas e ao contrário, são produtos altamente custosos desenvolvidos ao longo dos anos, transmitidos de geração a geração na oralidade dos povos indígenas e dos povos tradicionais como os africanos e diáspora negra no Brasil (SOUZA & OLIVEIRA, 2022).

A ontologia indígena e a ética da vida, na interação com a natureza, a relação com a vida e com a morte, como integração das relações com o nascimento, o crescimento, o cuidar da existência, a alimentação, a habitação, os rituais de passagem da vida e da morte são elementos ontogenéticos e cosmologia ética das formas de ser pessoa no mundo civilizado do planeta.

O indígena, no modo de seu cultivo da terra, da natureza, do cuidado e uso

das águas, está imerso em seu ciclo de pertencimento ao planeta.

Nem o indígena, nem o africano e populações da Afro-diáspora estão distantes em termos ontológicos e ética de vida na relação íntima com o tempo, clima, bioma e ecologia do Planeta.

A relação com a vida e a morte são intrínsecas para o indígena e o africano. É um conceito ontológico e ético que circunscreve os paradigmas das formas de existir destes povos e populações no mundo (SOUZA & OLIVEIRA, 2022).

No Brasil e na África, a similaridade entre o indígena e o africano são muitas em termos ontológicos. E a amefricanidade, como nos ensina Lélia Gonzalez (2020), é uma categoria política e cultural. Sendo assim, é uma condição ontológica e pautada em uma ética de governança, cosmovisão civilizatória e dimensão de um postulado de integridade valorativa nos modos de pensar, ser e agir do indígena e do negro africano.

Organizar os 17 ODS conforme a ONU preconiza é abstrair-se destas formas tecnológicas de gerenciamento da vida no planeta que estão disponíveis nas epistemologias negras e indígenas. Mas o Ocidente se importa e quer saber disso? Na Abya Yala brasileira é observável a convergência de saberes negros e indígenas. O mito do caboclo indígena que desce o Rio Paraguaçu simbolizando a forma de resistir e superar o escravismo europeu na historicidade civilizatória negra indígena no território do Recôncavo da Bahia nos demonstra estas realidades ontológicas e éticas entre os povos indígenas e afro-diaspóricos, os quais nos trazem ensinamentos para a vida e tecnologias sustentáveis a vida humana no planeta desde sempre.

Estas epistemes são originárias de três pilares civilizacionais. Conforme Amadou Hampaté Bá, África nos apresenta os seus aspectos basilares: 1) o sagrado materno, 2) a reverência ao ancestral e 3) o amor incondicional a vida comunitária e o bem-estar coletivo.

Embora existam inúmeras *Áfricas*, nos dizeres de Hampaté Bá, há circularidades constantes em toda a África. E estes são os três pilares de convergência em todas as civilizações africanas (OLIVEIRA, 2016).

A constante entre a vivência e relação dos mundos visível e invisível, a consideração sobre o sagrado em todas as coisas, a convivência entre a vida material e espiritual, o intercâmbio entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos

(HAMPATÉ BÁ, 2000) expressam os modos ontológicos de ser africano, mas também expressam os modos ontológicos e uma ética de vida do modo de ser indígena. Os povos das florestas, as populações quilombolas e povos tradicionais também podem ser compreendidos a partir destas significações.

Estas considerações de Hampaté Bá (2000) referem-se ao território e desenvolvimentos de África na região do Mali. No entanto, estas premissas bem se coadunam com a ontologia dos povos brasileiros. O mundo do indígena no Brasil e o povo negro diaspórico indígena – *amefricano* (GONZALEZ, 2020).

Ética comunitária, ética planetária e biodiversidades étnicas

Não obstante, o percurso civilizatório do indígena e sua ontologia de vida, existência e ética comunitária de integração e pertencimento a natureza – Terra, Planeta – ética planetária é inerente as diferentes etnias e biodiversidades étnicas de indígenas no contexto território da Abya Yala no seu eixo norte. Mas como dissemos, os ODS que foram trazidos no início deste ensaio não preconizam estas tecnologias importantes para salvaguardar a vida humana no planeta.

Desde os tempos mais antigos, os índios norte americanos tinham algumas similaridades muito significativas. Entre estas, destaca-se a profunda conexão espiritual com o mundo natural. Entre as tribos e nações nativas americanas há uma forte tradição animística que aceita a existência de um mundo dos espíritos e a interconexão entre os humanos e este mundo dos espíritos. Na realidade, tal característica pode ser encontrada na maioria das populações indígenas de todo o hemisfério. A crença em espíritos é geralmente refletida em muitos aspectos da vida indígena (KEYES, 2021, p.01).

Povos da diáspora negra no Brasil – quilombolas, povos de terreiros, povos das florestas, povos tradicionais e povos indígenas possuem valores éticos normativos em suas culturas e etnicidades que se aproximam das formas de vida e valores de existências dos indígenas do Norte de Abya Yala.

Esta constatação pode ser observada em diferentes formas culturais e a biodiversidade étnica está para o engrandecimento do mundo e do planeta, a potencialidade de permanência da vida da espécie humana para além dos modos eurocentristas de pensar o planeta, a epistemologia negra e indígena (afro-diaspórica e indígena) possuem respostas que materializam a esperança de um

mundo realizável e melhor. Estariam os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU observando estas premissas há milênios impressas na condição do indígena e do negro no planeta?

Negros e Indígenas são produtores de ciências e tecnologias que realizam o enfrentamento do mundo, a partir da relação intrínseca com a floresta, com a terra, com as águas e os recursos da ecologia da vida no planeta. Florestas são casas humanas também, são cidades. São primordiais para a sustentação da vida humana e não humana.

As mentes eurocêntricas têm dificuldade em reconhecer que seu centralismo não impede a presença e exercício de uma ética anti-hegemônica que se assenta na positividade da existência negra, afro-diaspórica e indígena.

O eurocentrismo provoca o êxodo forçado, migrações étnicas religiosas, negam a existência da corporeidade indígena, estabelecendo valores inquiridores como definição de uma “boa vida”: o consumo, o mundo descartável, o esquecimento, a substituição veloz dos corpos – objetos - e assimetrias gigantescas -injustiças. O desaparecimento da história.

Neste apagamento existente na mente reducionista dos eurocêntricos, escapa a permanência da vontade ética do corpo indígena e negro – afro diaspórico. Nestes corpos, reside a história. As marcas dos gestos que presentificam as vozes pelos que estão presentes e pelos que já se foram.

As vítimas podem existir e existem no constructo do ocidente,

a mazela acontece na corporeidade (Leiblichkeit). As situações-limite que relegam o ser humano para condições pouco dignas ou processos assimétricos de dominação sobre as mulheres, raças discriminadas, culturas indígenas asfixiadas, processos pedagógicos de opressão, maiorias em situação de não-direito, periferia do mundo colonial, guerras “sujas”, etc., provocam situações de exceção que produzem a vítima (o implicado-excluído de toda a discussão). A vítima está em um plano de afastamento relativamente ao sistema hegemônico; ela é o Outro oprimido (OLIVEIRA, 2012, p.133).

porém, elas subvertem sua condição de vítima. Eles se reconciliam com suas historicidades ontológicas, políticas de existências e, portanto, éticas de vida. Sua ética – memória – é perpassar o conceito de ancestralidade.

Ancestralidade negra e indígena: conceitos para a vida humana no planeta

A ancestralidade é o humano constituído pela linguagem em toda sua forma e significação. Do passado, do presente e que organiza e engendra o futuro. Ela se organiza a partir da interseccionalidade, elegendo o feminino enquanto percepção de cuidado com a vida do Planeta. A ancestralidade considera que a pessoa é ou deve ser integrante do planeta. Não há distopia. Há harmonia entre habitar o planeta e engendrar a vida no presente. As mulheres serão aquelas capazes de perpetuar este legado ancestral, imitando e reproduzindo nos modos de criar as crianças e cuidar da vida as condições para as transformações paradigmáticas para a permanência do ser humano no sistema.

Estes modos, éticas de vida, são transmitidos pela ancestralidade. Os modos de fazer e dizer. Os modos de viver e ensinar a viver. Os valores e as práticas. Pensar, ser e agir. Ao mesmo tempo que é pragmático, é imaterial porque converge no patrimônio etnolinguístico da cultura dos povos negros e ameríndios.

Apesar destas condições ontológicas nos modos de *Ser* do negro e da afro diáspora, especificamente no sentido do feminino negro que é o coração da interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019), não será fácil garantir o bem-estar das populações negras e afro diaspóricas nas cidades mundiais. Neste sentido, é preciso reportar as lutas das mulheres negras, que requerem uma sociedade igualitária com bem-estar social, psíquico, ecológico e material. São as mulheres negras que cuidam da vida e da vida ambiental do planeta. Igualmente, são elas, as mulheres negras, que através do feminismo negro interseccional, propõem a erradicação da pobreza, das exclusões e organizam, pioneiramente, sustentáveis meios de gerenciamento da vida no planeta.

A noção de interseccionalidade está atrelada ao conceito de ancestralidade negra. Pois, é episteme dos corpos em marcha das mulheres negras e por tal circunstância no debate práxis da luta por desenvolvimentos sustentáveis não pode se fazer sem elas e sem a dimensão étnica, racial de gênero (AKOTIRENE, 2019; FIGUEIREDO, 2017; DAVIS, 2016). Neste processo de marcha e luta que é de todas (os) no desenvolvimento e preservação da vida, o conceito de feminismo negro interseccional deve ser utilizado de modo consciente, conforme a autoria que está para as mulheres negras. Neste sistema de cores e valores éticos e étnicos,

as mulheres indígenas – pardas e pretas – quilombolas e da floresta se unem com a causa negra para erigir o edifício da vida. Neste embate ontológico de defesa ética pela vida, os territórios de vida destas mulheres pretas e pardas – indígenas e negras, é atravessado por racismos ambientais.

Nos modos como o eixo econômico se organiza nos 17 ODS, a interseccionalidade do feminismo negro é invisibilizada e colocada a margem como um elemento dentro do sistema, que, a priori, parece saber engendrar os modos como realizar a sustentabilidade do desenvolvimento. Mas qual desenvolvimento? A partir de quais paradigmas interseccionais étnicos e raciais? Qual ontologia de vida ética que se organiza nesta necessidade planetária protagonizada pela Organização das Nações Unidas? As mulheres negras estão nesta marcha há milênios.

No debate sustentável é preciso destacar que o Território Brasil é de expressivo quantitativo de população negra. E não por acaso é este o grupo étnico, social e econômico mais oprimido e impedido de usufruir dos bens materiais necessários à vida na comunidade planetária. Conforme Oliveira (2023), não será tarefa simples garantir a igualdade de condições dignas de vida para a população negra nas cidades brasileiras. Principalmente no tocante à observação das cidades negras. O pesquisador refere que a tradição negra africana se presentifica no Brasil, maior país negro no mundo depois dos países pertencentes ao continente africano, que é nas cidades brasileiras de maior contingente negro e afro diaspórico que as desigualdades entre crianças, mulheres e homens são extremas quando observados os índices de desenvolvimento humano, sobretudo no estado da Bahia. Será um grande desafio realizar as metas dos 17 ODS para as cidades brasileiras, sobretudo no território baiano se a proposta não atingir o franco diálogo com as mulheres negras, com os corpos negros na sua tradição ancestral, étnica e pluridimensional que se faz presente na paisagem ontológica de territorialidade negra das cidades baianas

No exercício de cidades antirracistas e democráticas, a promoção de políticas públicas com foco na população negra é urgente e necessária para todos. As políticas de ações afirmativas implementadas nos últimos vinte anos, obteve importantes avanços, por exemplo, a política de cotas raciais e sociais nas universidades públicas para jovens negros, indígenas, quilombolas e estudantes de escolas públicas, proporcionaram o enfrentamento da segregação e das desigualdades. Porém, o contexto

aqui observado das cidades negras da Bahia deverá contemplar políticas públicas focalizadas, territorializadas/territoriais, centradas em classe social, gênero e etnia e raça. Constatamos que das cem cidades negras (em dados absolutos e relativos), as desigualdades e a segregação impedem o acesso aos capitais sociais, cultural, político, educacional e científico da maioria negra. Não será fácil a promoção de políticas públicas, mas exigirá empenho, organização social, participação política e a produção de conhecimento para compor ações e reflexões de cidades democráticas e antirracistas (OLIVEIRA, 2023, p. 22).

Nas cidades baianas, cidades negras, está presente a tradição banto angola e dimensão iorubana a experiência do axé e do asé. Esta materialidade ontológica e corporeidade linguística é bilíngue. Na verdade, é 'multilíngue' porque é parte presente das condições de vida material e imaterial dos povos negros e afro-indígenas no Brasil e no mundo (OLIVEIRA, 2022).

A ancestralidade é o atributo imaterial que garante a permanência e imanência dos indígenas e povos da diáspora nos contextos de adversidades, resistindo e transformando as formas de vida.

Seu patrimônio imaterial consiste nos objetivos que as mentes eurocêntricas perseguem e observam como necessários para a vida humana no planeta. No entanto, os eurocêntricos não pretendem deixar de viver a vida a partir do centro hegemônico que emanam. E por assim se produzirem, pouco sabem do real pragmatismo que os povos indígenas e populações da diáspora negra africana possuem para manter as boas condições de vida no planeta a partir da ancestralidade.

O maná, asé, axé, é o substrato que garante a ética ontológica da vida. Não é uma dimensão religiosa. É um pragmatismo e vivência intrínseca ao africano que se organizou no contexto das Américas – Abya Yala – com os indígenas. Conectou-se com os ancestrais dos povos bantos, fazendo surgir os nkises, dialogando com os caboclos e pretos velhos, curando as feridas do corpo. Trazendo conselhos e técnicas de acolhimento psicológico e emocional, favorecendo pedagogias libertárias para as conexões de saberes do ocidente a fim de instrumentalizar as possibilidades de participação social mais plena.

Organizar capacidades de manter sabedorias e epistemes do passado ancestral a partir de modulações da modernidade – recriações – também é axé. Paul Gilroy (2000) nos ensinou isso no Atlântico negro. O axé é ancestralidade negra. Mas também indígena, porque se uniu com o elemento terra, com o

sagrado da vida, que material e imaterialmente é formulador da etnia e ética de ser indígena e negro no Brasil e em Abya Yala.

O axé não é religioso no sentido de doutrina. Ele é fé. Ele é filosofia. É crença. É sagrado. É utopia que se apresenta na condição civilizatória humana. É o ideal irmanado na condição evolutiva da existência dos seres que habitam este planeta, em nome de todas as grandes guerras vencidas pela humanidade, como a eterna necessidade da paz, da justiça, da liberdade e da igualdade. (...) O conceito de ancestralidade em termos originários vem do asé. E se transforma no Brasil em axé. Ele se reverbera em todas as territorialidades afro-indígenas como fruto e protagonismo das luas por igualdade e reconhecimento (OLIVEIRA, 2022, p. 51).

A ancestralidade indígena e negra pode ser traduzida por cultura e patrimônio imaterial. Ela é o sentido do que os povos indígenas e negros escreveram e escrevem com seus corpos e com sua força em seu tempo eterno no seu próprio léxico. Seu próprio verbo e gramática. Sua linguística.

O conceito de ancestralidade possui envergadura precisa e, ao mesmo tempo, nunca delimitada porque representa a condição linguística mais próxima da expressão de resistência destes povos. A noção e conceito de ancestralidade se coaduna a dimensão da biodiversidade étnica, ontológica e da ética dos modos de ser, pensar e agir indígena negro. Portanto, transcende fronteiras, não demarca o espaço territorial, trafega e se organiza na diáspora, ou seja:

(...)no movimento e no deslocamento, na eterna busca pela civilidade e desenvolvimento da vida por justiça, igualdade, direitos e liberdade. (...) Seu caráter é híbrido e poroso, porque se converge à realidade do contexto. Inaugura vozes, novos sujeitos, novas inscrições e protagonismos conforme o clima da territorialidade material e histórica que se apresente. Portanto, ela não se fixa e nem tão pouco evade simplesmente. A ancestralidade, assim como o psiquismo humano, deixa marcas profundas na condição da vida e da existência dos sujeitos em si, dos corpos que protagonizaram diretamente as lutas, ou nos corpos daqueles que ascenderam destes protagonistas (SOUZA & OLIVEIRA, 2022, p.52).

Biodiversidade étnica e agenda 2030 da ONU

As possibilidades de considerar a biodiversidade étnica e as ancestralidades nos permitem considerar os 17 objetivos da agenda para o desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas.

Os 17 ODS consideram a importância da mudança da vida no sistema mundo capitalista do desígnio do ocidente.

Como nos alerta Krenak (2020, p. 29),

talvez estejamos muito condicionados a uma ideia de ser humano e a um tipo de existência. Se a gente desestabilizar esse padrão, talvez a nossa mente sofra uma espécie de ruptura, como se caíssemos num abismo. Quem disse que a gente não pode cair? Quem disse que a gente já não caiu? Houve um tempo em que o planeta que chamamos Terra juntava os continentes todos numa grande Pangeia. Se olhássemos lá de cima do céu, tiraríamos uma fotografia completamente diferente do globo. Quem sabe se, quando o astronauta Lúri Gagárin disse “a Terra é azul”, ele não fez um retrato ideal daquele momento para essa humanidade que pensamos ser.

Infelizmente, parece que tais perspectivas transitam apenas pelo apelo técnico científico do uso racional da água, das formas de aprendizagem do cultivo e manejo do solo, das políticas para as populações oprimidas, mulheres, idosos e crianças a partir de paradigmas de uma certa noção de humanidade. No entanto, não se observa a tecnologia já existente nas epistemologias e pragmatismo de vida de povos indígenas e afro-diaspóricos que milenarmente têm desenvolvido culturas e formas dialógicas de garantir o sustento humano no planeta. E estas garantias estão para as formas de pensar o humano, o que se pensa que é humano. Uma determinada noção e ideia de humano. E nesta consideração o centro do mundo parece ainda ser o humano eurocentrado ou o humano do *american way of life*.

Krenak (2022, p. 29), também nos oferece uma alusão sobre isso no referente a imagem de Lúri Gagárim.

Ele olhou com o nosso olho, viu o que a gente queria ver. Existe muita coisa que se aproxima mais daquilo que pretendemos ver do que se podia constatar se juntássemos as duas imagens: a que você pensa e a que você tem. Se já houve outras configurações da Terra, inclusive sem a gente aqui, por que é que nos apegamos tanto a esse retrato com a gente aqui? O Antropoceno tem um sentido incisivo sobre a nossa existência, a nossa experiência comum, a ideia do que é humano

Considerações finais

A agenda técnico científica da Organização das Nações Unidas para 2030 é pertinente.

Ela traduz o medo das mentes eurocêntricas que sabem que seus modos – ética de vida/ontologias – não se coadunam com a realidade do Planeta.

Porém a violência transgressora persiste na medida em que não coloca em pauta os modos de produção de vida atrelados a emergência do capitalismo. A coisificação das pessoas. A determinação dos corpos e lugares no mundo.

Quando a Organização das Nações Unidas estabelece os 17 ODS e pensa políticas de equidade, formas de manejo e uso da água e recursos naturais do planeta, dimensões emocionais de proteção a condição humana, ela precisa adensar a esta proposta o pensar em modos de vida e ontologias distintas do eurocentrismo hegemônico no contexto do mundo tal qual como se encontra.

Biodiversidades precisam existir, porque são existentes. Precisam ser fluídas, circulares nas territorialidades do planeta, direções e cursos, línguas vivas, etnolinguísticas que acolham, bem acolham mulheres negras, crianças indígenas, corpos mesmo da diferença eugênica.

Seria possível produzir igualdades para mulheres e políticas de vida para indígenas, corpos negros, pardos, distintos, sem se atrelar aos modos intersubjetivos e corporeidades – linguagens, culturas, movimentos, biodiversidades, ontologias e éticas de existência que não são capturadas pelo eurocentrismo e capitalismo na modernidade?

Romper com o sistema imposto, esta parece ser a ontologia de vida e biodiversidade étnica que se organiza na ancestralidade dos povos originários de Abya Yala. Dos povos negros, afrodiaspóricos, dos povos de terreiros de tradição banto angola e também keto iorubá. Na filosofia dos griôs, dos quilombos e na sabedoria epistêmica dos povos indígenas e das florestas. Mesmo na condição dos povos tradicionais que de alguma forma se atrelaram aos modos de produção capitalista pelo manejo da terra e comercialização dos produtos geradores de sua permanência e existência, parece existir um não diálogo. Uma interjeição onde o mundo se projeta distante dos paradigmas ontológicos do capitalismo hegemônico das populações do ocidente wasp.²

A captura dos corpos, da ontologia, da biodiversidade étnica, dos povos de terreiros, da população indígena, da afro diáspora ameríndia também se dá quando se escolhe o lugar para poderem exercer suas vidas e transitar o mundo, o planeta.

O desaparecimento das florestas, o desaparecimento dos cursos dos rios, as hidrelétricas, as casas em caixas de apartamentos, sistemas de moradias distintos do eixo ético de vida e existência do indígena e do negro, a escolha do que “é

² Wasp – branco, anglo saxão e protestante

bom” pelos eurocêntricos, também é captura da vida e ontologia da condição de existência negra, indígena afro diaspórica.

A etnicidade branca europeia conseguirá exercer uma ética ontológica distinta da que vem operando agora, ou seja, a partir de um diálogo mais íntimo com as populações que não dão as cartas nas decisões mundiais? Os 17 objetivos para o desenvolvimento global são caminhos interessantes para esta medida dialógica. Mas muito longe de fazer presente os modos de vida e ontologias biodiversas das populações indígenas e negras.

A biodiversidade étnica é um valor sócio cultural, econômico e fundamental para a sociedade humana. Ela compreende os produtos da natureza, mas uma gama extensa da ecologia, das condições de habitar o planeta com responsabilidade, respeitando os demais seres vivos no globo terrestre, incluindo os animais, as plantas – a fauna e a flora – as águas e o santuário da vida que é o solo, a terra.

A biodiversidade não pode ser compreendida como produto, como intenção comercial de bem-estar. Ela é intrínseca às condições de vida no planeta. Ela é necessidade de permanência na ordem da existência de todos nós: indígenas, negros, diaspóricos, não brancos e brancos.

Os modos de vida de indígenas e negros fortalecem esta relação com a comunidade da vida. Da relação com os inanimados e animados. Os vivos e os mortos fazem parte da esfera do planeta.

Nossa saúde física e mental depende destas circunstâncias. O planeta existirá. Mas a espécie humana é frágil e rudimentar. Ela precisa considerar a biodiversidade étnica para se alinhar as possibilidades de continuar a existir no contexto do planeta. Agregando as tecnologias e epistemologias milenares negras africanas e indígenas

Se os eurocêntricos puderem aprender com os povos – epistemes, tecnologias, conhecimentos - negros, indígenas e afro-diaspóricos, o conceito de ancestralidade, que é uma práxis de vida, certamente, todos estaremos mais próximos de nos levantarmos para condições melhores ainda que os anseios dos 17 objetivos do desenvolvimento para as próximas décadas do século XXI.

Caso contrário, se o eurocentrismo continuar a desenhar suas propostas hegemônicas nos alinhamentos que descrevem e empreendem, mesmo com as

melhores intenções, a humanidade estará em risco. Sobretudo aqueles que não conseguem viver em caixas. Os 17 objetivos da agenda 2030 da ONU, precisam lembrar da memória dos indígenas, dos negros, da afro diáspora. Eles, negros e indígenas, precisam ser considerados no que nos dizem, querem e preconizam já milênios.

Talvez, após isso, o mundo possa começar a ser melhor para todos. Quero dizer, para todos os humanos... que não são, não podem ser, os seres mais importantes do planeta. Simplesmente porque para nós, negros e indígenas toda vida é sagrada.

Referências

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Feminismos plurais. Pólen: São Paulo, 2019.
- COSTA, J.B; TORRES, M.N; GROSGOUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico** – Editora Autêntica: Belo Horizonte, 2021.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo: São Paulo, 2016.
- FIGUEIREDO, Ângela. Apresentação e Comentários à Entrevista de Ochy Curiel. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 102–105, 2017. DOI: <https://doi.org/10.9771/cgd.v3i4.25199>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/25199>
- GILROY, P. **O Atlântico negro**. Editora 34: São Paulo, 2000.
- GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**, Zahar: Rio de Janeiro, 2020.
- Hampaté Bá. A. **Amkoullel, o menino fula**. Casa das Áfricas: São Paulo, 2003.
- IPEA/ODS - 17 ODS - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável: o que mostra o retrato do Brasil?** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ministério da Economia/DF, 2020.
- KEYES, G. The Spirit World & North American Indian Mortuary Practices. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 3, n. 30, 24 abr. 2021.
- KRENAK. A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Editora Cia das Letras: São Paulo, 2020.
- MADLEY, B. **An American Genocide – The United States and the California Indian Catastrophe, 1846–1873**. Yale Press University, New Haven, 2016.
- OLIVEIRA, H. M. **Dussel no caleidoscópio da Filosofia Contemporânea: origem, originalidade e problemas da Filosofia da Libertação**. MESTRADO EM FILOSOFIA (Dissertação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.
- OLIVEIRA, R. J. de. Cidades Negras no Brasil: A Bahia de todos os santos, orixás, inkices e caboclos. **Latitude**, Maceió-AL, Brasil, v. 17, n. 1, p. 136–160, 2023. DOI: <https://doi.org/10.28998/lte.2023.n.1.15068>. Disponível em:

<https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/15068>

OLIVEIRA, R. M. S. Cenários da saúde da população negra no Brasil. Diálogos e pesquisas. Editora EDUFRB, Cruz das Almas, 2016.

SERBIN, S.; OLIVEIRA, R. M. de S. Ancestralidade africana na Europa: O legado feminino na saúde psíquica da diáspora negra no mundo. **ODEERE**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 15-28, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22481/odeere.v0i4.2364>. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/2364>

SERBIN. S. **Reines d'Afraque et de la Diaspore Noire**. Meduneter: Paris, 2019.

SOUZA, R. M.; OLIVEIRA, R. J. **Ancestralidade afro-indígena: conceitos para a psicologia e saúde mental**. In: Carril, L. F. (Org.) Territorialidade Afro-indígenas e lutas pelo reconhecimento. Alameda: São Paulo, 2022.

VIEIRA, P. A. S. **Africanidades e saúde: observações sobre civilizações negras**. Palestra em mesa redonda. II Congresso Internacional do NEPPINS/UFRB – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psicanálise, Identidade, Negritude e Sociedade da UFRB/Centro de Ciências da Saúde, julho de 2019.